

PROLEGÓMENOS: A NOVA PEDRA FILOSOFAL*

Gordon P. Baker e Peter Michael Stephan Hacker¹

Desde o surgimento de sua temática, vinte e cinco séculos atrás, os filósofos têm procurado esclarecer noções fundamentais, tais como as de aparência e realidade, substância e propriedade, verdade e falsidade, justiça e virtude; noções essas que desempenham um papel crucial na compreensão do mundo em que vivemos, na compreensão de nós mesmos enquanto habitantes fugazes desse mundo e dos propósitos e valores que perseguimos e que dão significado a nossas vidas. Ao longo de toda sua histó-

* Texto traduzido por Ronai Pires da Rocha, professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Santa Maria, e Désirée da Motta Roth, professora do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas da mesma Universidade.

** Gordon Baker e Peter Hacker trabalham no St. John's College, Oxford. São os responsáveis pelo mais poderoso esforço de interpretação da obra de Wittgenstein até hoje feito. Desde os anos setenta eles se dedicam a essa tarefa, enriquecida pelo acesso que tiveram ao material inédito deixado por Wittgenstein.

A publicação deste texto – A Nova Pedra Filosofal –, que é apenas a introdução do livro *Language, Sense and Nonsense*, é feita por duas razões. Em primeiro lugar, para que tenhamos uma mostra da obra destes dois autores, até hoje poucos conhecidos no Brasil fora de um restrito círculo de especialistas. Por outro lado, esta tradução visa contribuir com a discussão sobre a importância e a necessidade de avaliações mais radicais do papel da filosofia da linguagem e dos estudos semânticos hoje.

Um importante filósofo contemporâneo, Michael Dummett, chegou a sugerir que a filosofia da linguagem pode ser considerada o ponto de partida ou o fundamento para toda a filosofia, como outrora foi feito pela epistemologia. Que tenha havido um giro lingüístico na filosofia, e que não podemos retroceder para algum tipo de posição filosófica que desconheça estes avanços parecem coisa fora de discussão. Isso não quer dizer, no entanto, que a ocupação dos filósofos e lingüistas seja então apenas a elaboração de teorias do significado e com estudos científicos da linguagem.

ria, os filósofos têm constantemente apresentado argumentos de natureza lingüística abrangente, na busca de seus objetivos. Sócrates, no seu empenho em compreender a natureza das virtudes, procurava *definições* claras que apreendessem a essência da coragem ou da amizade, da justiça ou da sabedoria. Propôs que definições fossem examinadas, algumas vezes rejeitadas, outras, modificadas à luz daquilo que nós, em várias circunstâncias, acharíamos apropriado dizer. As argutas discussões de Aristóteles acerca do voluntário e do involuntário, da escolha e da deliberação, da responsabilidade e da culpabilidade, são pródigas em argumentos que demonstram que um tipo de coisa geralmente não pode ser identificada com outro tipo de coisa, porque aquilo que pode ser dito legitimamente de uma não pode ser dito de outra, ou porque o nome de uma não pode ser substituído pelo nome de outra numa elocução, sem que haja uma mudança no que é dito. Tais argumentos podem ser claramente caracterizados como sendo, em um sentido amplo, lingüísticos.

Mas isto não é tudo. Desde os primórdios da filosofia, escritores têm tentado esclarecer a natureza do pensamento e do raciocínio, codificar os cânones de um argumento válido e demonstrar suas premissas fundamentais na natureza da mente racional ou na natureza das realidades refletidas. Aqui também os filósofos sempre viram a linguagem como *um* guia para a natureza dos pensamentos e argumentos expressos. A linguagem era, sem dúvida, comumente vista como um guia autônomo, apontando para uma realidade que lhe subjaz e nem sempre refletindo com precisão o que ela por sua vez representa. Mas ao seguir cautelosa e criticamente sua orientação, o lógico pode aprender muito sobre conceitos e juízos, argumentos válidos e a natureza da inferência.

Baker e Hacker investem contra teste tipo de posição. Eles escolhem, como principais pontos de reflexão, quatro questões que estão sempre presentes nas discussões semânticas:

- a) a doutrina da separação entre sentido e força, na sentença;
- b) a concepção das condições de verdade de uma sentença como chave para uma teoria abrangente do significado;
- c) a noção de um sistema oculto, mas tacitamente conhecido, de regras lingüísticas subjacentes ao nosso pensamento e linguagem;
- d) o alegado mistério de nossa capacidade para compreender sentenças que nunca ouvimos antes.

Estes são os principais alvos do livro; as críticas dirigidas pelos autores a esses autênticos dogmas da semântica contemporânea são fulminantes, ao ponto deles julgarem que a maior parte do que hoje passa por séria teoria do significado ou estudo científico da linguagem não deve ser aperfeiçoado, e sim simplesmente abandonado por inteiro.

Esta publicação foi expressamente autorizada por Gordon Baker, que aprovou a intenção de divulgar partes de *Language, Sense and Nonsense* para o público brasileiro.

Os textos que publicaram, em co-autoria, são os seguintes:

Preocupar-se com a linguagem, dispor argumentos lingüísticos como esses e ver a gramática da linguagem e a estrutura das sentenças como valiosas pistas da natureza do pensamento é uma coisa. Coisa completamente diferente será declarar que a linguagem de fato fornece parte de, ou talvez, na verdade, a parte principal do objeto de estudo da filosofia. Para as gerações passadas, a investigação de uma série restrita de aspectos da linguagem, de diferentes tipos de palavras e seus distintos papéis, de formas gramaticalmente corretas de combinação de palavras em diferentes tipos de sentenças, era uma tarefa preliminar importante na preparação de empreendimentos filosóficos maiores. Dados lingüísticos e gramaticais forneciam ferramentas para a oficina filosófica, ferramentas que podiam ser usadas por um artesão habilidoso, na busca de soluções para questões filosóficas fundamentais. Mas foi relativamente há pouco tempo que alguns filósofos começaram a conceber o estudo filosófico da linguagem, não meramente como ferramenta, mas como uma tarefa, na verdade como a principal tarefa da filosofia.

Essa mudança na concepção dos filósofos acerca de sua temática foi produzida, em grande parte, através do exame das aparentes implicações filosóficas introduzidas pela descoberta, no século dezanove e no início do século vinte, de ricos e sofisticados cálculos lógicos. Estas invenções formais foram os frutos do labor de filósofos – matemáticos, tais como Boole, Frege, Russel e Whitehead. A verdadeira transformação na concepção da filosofia pode ser datada, com razoável precisão, com a publica-

Language, Sense and Nonsense. A Critical Investigation into Modern Theories of Language. Oxford: Brasil Blackwell, 1984.

Frege: Logical Excavations. Oxford: Brasil Blackwell, 1984.

Scepticism, Rules & Language. Oxford: Brasil Blackwell, 1986.

Wittgenstein. Meaning and Understanding. (Essays on the Philosophical Investigations: Vol. 1) The University of Chicago Press, 1985.

Wittgenstein. Rules, Grammar and Necessity. (An analytical commentary on the Philosophical Investigations: Vol. 2).

Isoladamente, publicaram os seguintes livros:

BAKER, G. *Wittgenstein, Frege and the Vienna Circle.* Oxford: Brasil Blackwell, 1988.

HACKER, P. P. *Wittgenstein. Meaning and Mind.* (An analytical commentary on the Philosophical Investigations: Vol. 3).

_____. *Insight & Illusion: Wittgenstein on Philosophy & Metaphysics of Experience.* Oxford University Press, 1987.

_____. *Appearance & Reality.* Oxford: Brasil Blackwell, 1987.

(N. T.)

ção do *Tractatus Logico-Philosophicus* (1921) de Wittgenstein. Neste livro, ela argumenta que a estrutura oculta de qualquer linguagem possível é similar àquela de um (correto) cálculo lógico teórico-funcional, formal. Wittgenstein preparou o caminho para uma explicação convencional surpreendentemente original e satisfatória acerca da natureza da verdade lógica, dissolvendo a necessidade lógica em convenções para o emprego de símbolos. Ele argumentou que a única tarefa da filosofia é a do esclarecimento, através de análise lógica, de sentenças da linguagem natural, e a erradicação de pseudo-proposições (particularmente as metafísicas) que violam a sintaxe lógica da linguagem. "Toda a filosofia", disse Wittgenstein, "é uma crítica da linguagem".¹

Essas idéias tornaram-se populares, particularmente entre os positivistas lógicos nos anos 20 e 30. Schlick, do líder do Círculo de Viena, declarou:

*Eu estou convencido que agora nos encontramos em um momento decisivo na filosofia...
Leibniz vislumbrou o início. Bertrand Russel e Gottlob Frege abriram importantes espaços nas últimas décadas, mas Ludwig Wittgenstein (no seu Tractatus Logico-Philosophicus, ...) é o primeiro a avançar até o momento decisivo de mudança.*²

Esse sentimento foi partilhado pelos membros do Círculo³, e sua concepção da filosofia como análise da linguagem da ciência (em sentido amplo) e eliminação da metafísica baseava-se naquilo que eles consideravam como sendo as lições centrais do *Tractatus*. "Todos os problemas filosóficos", Carnap corajosamente anunciou, "são questões de sintaxe da linguagem da ciência."⁴ Schlick proclamou que investigações a respeito da capacidade humana para o conhecimento... "são substituídas por considerações a respeito da natureza da expressão, da representação, isto é, acerca de toda a 'linguagem' possível no sentido mais amplo do termo."⁵ Ayer

¹ L. Wittgenstein, *Tractatus Logico-Philosophicus*, Tr. D. F. Pears and B. F. McGuinness, 4.0031.

² M. Schlick, *The Turning Point in Philosophy*, em *Logical Positivism*, ed. A. J. Ayer, Illinois, Free Press, 1959, p. 54.

³ Cf. O manifesto "A Concepção Científica do Mundo: O Círculo de Viena?"

⁴ R. Carnap, "On the Character of Philosophical Problems" (1934), in *The Linguistic Turn*, Ed. R. Rorty (University of Chicago Press, 1967). p. 61.

⁵ M. Schlick, *The Turning Point in Philosophy*, p. 55.

declarou que a função da filosofia “*é esclarecer as proposições da ciência, mediante a exposição de suas relações lógicas, e da definição dos símbolos que ocorrem nessas proposições...*”⁶ “*Uma elucidação filosófica completa de qualquer língua consistiria, primeiro, na enumeração dos tipos de sentenças que fossem significativas naquela língua e daí em demonstrar as relações de equivalência existentes entre sentenças de vários tipos.*”⁷

Tal concepção entrou em declínio nas décadas de 50 e 60 quando, paradoxalmente, um movimento popularmente (e equivocadamente) conhecido como “filosofia lingüística” estava no seu apogeu. Este “movimento” rejeitava objetivos comuns ou uma ideologia à maneira do Círculo de Viena. Se é que pode ser caracterizado como um todo, é mais pelo seu emprego de *métodos* lingüísticos, do que propriamente pelo reconhecimento de que a investigação da linguagem natural era a *temática* da filosofia, ou que uma disciplina chamada “filosofia da linguagem” era a base de toda a filosofia. Seu representante maior, J. L. Austin, declarou explicitamente que “*a linguagem ordinária deve ser nosso guia*”, que partir da “*linguagem ordinária*”, isto é, examinar “*o que deveríamos dizer quando... (é) ... um método filosófico.*”⁸ Praticantes desse método não eram dados a construções teóricas de grande escala, nem a pronunciamentos grandiloqüentes acerca de teorias sistemáticas do significado. Eles não concebiam a filosofia como um ramo das ciências empíricas, nem viam a análise, reconstrução e organização da linguagem da ciência como tarefa da filosofia. Eles estavam unidos apenas pela crença comum de que muitos problemas filosóficos poderiam ser resolvidos através de métodos lingüísticos e de que muitas confusões filosóficas surgiam de equívocos no uso de palavras; e, ainda, por uma abordagem mais fragmentada do que holística das questões filosóficas. O livro de Ryle, *The Concept of Mind*, não foi concebido como uma investigação da sintaxe lógica da linguagem da ciência psicológica (conforme uma provável concepção de Carnap para tal projeto), mas sim como um estudo da “geografia lógica” de conceitos mentais ordinários. Austin descreveu seu ensaio “*A Plea for Excuses*” como um ramo do estudo filosófico da conduta⁹ e Hart declarou que seu *Concept of Law* objetivava “*aprofundar nossa compreensão de lei, coerção e moralidade.*” Embora empregasse métodos analítico-lingüísti-

⁶ A. J. Ayer, *Language, Truth and Logic*, 2ª ed. Pelican, 1971, p. 42.

⁷ *Ibid.* p. 83.

⁸ J. L. Austin. *A Plea for Excuses*, in *Philosophical Papers*, 1ª ed., Clarendon Press, Oxford, 1961.

⁹ *Ibid.* p. 128.

cos, era, segundo Hart, também um ensaio de “sociologia descritiva”¹⁰. Ele citou, com aprovação, as palavras de Austin que dizem que podemos usar uma “*aguda consciência das palavras para aguçar nossa percepção dos fenômenos, embora não como o árbitro final destes.*”¹¹

Próximo ao final da década de sessenta, as ondas de “filosofia da linguagem ordinária” gradualmente amainaram. E embora as alegações centrais do *Tractatus* fossem explicitamente rejeitadas mais tarde pelo Wittgenstein mais maduro, as sementes plantadas pelo primeiro e cultivadas pelos positivistas lógicos germinaram novamente. No final dos anos sessenta e durante a década de setenta, uma segunda geração de filósofos inundou o mercado com idéias explícitas ou tacitamente colhidas nos campos do *Tractatus* e dos positivistas lógicos.¹² A tarefa primordial da filosofia, proclamava-se, é construir uma *teoria do significado para uma língua natural*, é trazer à tona os princípios de construção de qualquer língua por meio dos quais podemos construir e compreender o repertório infinito de sentenças significativas com as quais podemos expressar nossos pensamentos. M. A. E. Dummett, em Oxford, sustentava que “*a filosofia tem, como sua tarefa primeira senão única, a análise de significados*”¹³, que “*a filosofia da linguagem é a base de todas as outras filosofias*”¹⁴ e que “*a tarefa mais urgente para a qual os filósofos estão convocados é elaborar uma teoria sistemática do significado.*”¹⁵ Na verdade, “*Se tivéssemos uma teoria do significado que fosse de consenso, esta teoria poderia ser invocada para encontrar-se uma resposta para (os) problemas (da filosofia em outras áreas específicas, como por exemplo, metafísica ou filosofia da matemática.)*”¹⁶ Uma teoria filosófica do significado é aqui apregoada como a verdadeira Pedra Filosofal.

¹⁰ H. L. A. Hart, *The Concept of Law*. Clarendon Press, Oxford, 1961, p. vii.

¹¹ Austin, *Philosophical Papers*, p. 130.

¹² Embora, por um curioso equívoco na leitura da história, eles tendessem a pensar em Freger como seu ancestral honorário.

¹³ M. A. E. Dummett, *Frege: Philosophy of Language*. Duckworth, London, 1973, p. 669.

¹⁴ M. A. E. Dummett, Can Analytical Philosophy be Systematic and Ought it to be? in *Truth and other Enigmas*. Duckworth, London, 1978, p. 442. (Há tradução para o espanhol: *La Verdad y otros enigmas*. Fondo de Cultura Económica, México, 1990).

¹⁵ *Ibid.*, p. 454.

¹⁶ Dummett, *Frege: Philosophy of Language*, p. 672. cf. p. 676.

Uma idéia semelhante cativou a imaginação de alguns filósofos americanos. D. Davidson declarou:

Sonho com uma teoria que faz a transição da linguagem ordinária para uma notação canônica puramente mecânica, e uma notação canônica rica o bastante para capturar, à sua maneira obtusa e explícita, qualquer diferença e conexão legitimamente considerada em uma teoria do significado. O objetivo de uma notação canônica assim concebida não é aprimorar algo deixado vago e deficitário na linguagem natural, mas auxilia a expor, de forma clara e geral, a compreensão da gramática lógica que todos nós possuímos e que constitui parte do domínio de nossa língua materna.¹⁷

Ele igualmente imaginou as conseqüências admiráveis que decorreriam da realização desse sonho. Por exemplo, uma análise semântica correta de sentenças de ação e de eventos constituirá, sugeriu ele, uma *prova* que eventos realmente existem¹⁸. Verdades ontológicas podem ser assim provadas a partir de premissas fornecidas por uma teoria do significado.

O renascimento do interesse por questões globais sobre a natureza da linguagem e a renovação do esforço para construir teorias abrangentes do significado foram estimuladas pelo fascínio com o fato que os usuários da linguagem conseguem compreender um repertório potencialmente infinito de sentenças que nunca ouviram antes (uma reflexão explícita no *Tractatus*). Uma vez que aquilo que o usuário de uma língua aprende é, sem dúvida, finito, estas fontes devem, de alguma maneira, bastar para a geração e para a possibilidade de compreensão de qualquer uma das infinitas sentenças desta língua. Isto por si só parece provar que um falante tem um domínio implícito de uma variedade de princípios construcionais de linguagem, conhecimento que explicaria esta capacidade. É uma enunciação explícita destes princípios, que demonstram como obter o significado de sentenças a partir do significado das palavras que as constituem, e seus princípios de composição em sentenças, é precisamente em

¹⁷ D. Davidson, *The Logical Form of Action Sentences*, em *The Logic of Decision and Action*, Ed. N. Rescher. University of Pittsburg Press, Pittsburg, 1967, p. 115.

¹⁸ Uma maneira bizarra de ver a questão, uma vez que eventos nem existem nem deixam de existir, mas antes ocorrem, aconteceu ou sucedem. É difícil ver porque alguém desejaria uma *prova* de que coisas acontecem.

que consiste uma teoria completa do significado para uma linguagem. Os filósofos vêem nesta argumentação uma “dedução transcendental” da existência de uma teoria do significado.

Apesar das muitas diferenças existentes nos métodos e resultados da construção teórica, é possível fazer um esboço de teorias do significado típicas. Uma exposição mais detalhada será feita mais tarde. O teórico vê uma clara distinção entre três tipos de empreendimentos: sintaxe (a ciência dos princípios de construção de sentenças gramaticais), semântica (o estudo da condição de verdade das sentenças) e pragmática (a investigação de todos os aspectos da sentença relacionados com seu uso por falantes em contextos específicos). Mediante o uso da conhecida distinção entre sentença-tipo e sentença-uso, ele focaliza a sentença-tipo como o portador básico do significado, cabendo à pragmática preencher a lacuna entre o significado da sentença-tipo e a descrição do que foi feito pelo falante ao proferir uma de suas sentença-uso numa dada ocasião. A sentença-tipo é concebida como tendo prioridade sobre as palavras na sequência da análise semântica, seu significado sendo pensado como dado por suas condições de verdade, isto é, uma especificação das condições sob quais as instâncias dessa sentença-tipo podem ser usadas para propor-se como verdadeira. Suas palavras constitutivas são concebidas como tendo um significado que consiste na sua contribuição para determinar as condições de verdade das sentenças nas quais elas aparecem. Assim, o significado de uma sentença (tipo) – suas condições de verdade – é visto como uma função dos significados de suas expressões constitutivas e de sua *estrutura*, a maneira pela qual as palavras estão concatenadas para formar uma sentença. Sentenças compostas são então concebidas como construídas (sistematicamente) mediante operações com sentenças simples. O quadro que subjaz a essa construção teórica é uma explicação disposta em dois planos do uso da linguagem. Uma sintaxe adequada para uma linguagem deveria, quando suplementada por um léxico que especifique o significado de suas palavras (e expressões idiomáticas), atribuir um significado definido para toda sentença bem formada. Essa teoria semântica, quando suplementada por uma especificação do contexto relevante de proferimento de uma sentença-uso, (*se ele fez uma asserção, emitiu uma ordem etc., e também o que ele asseriu, ordenou etc.*). Uma vez que uma teoria do significado visa a uma generalidade perfeita, e porquanto a noção de condição de verdade é talhada obviamente para sentenças declarativas tipicamente usadas para fazer asserções, pensa-se comumente que um *sine qua non* de tal teoria consiste em distinguir entre *força* (como, por exemplo, força assertórica, interrogativa, imperativa) e significado (sentido). Sustenta-se que toda sentença significante pode ser analisável mediante

um dispositivo indicador de força, como por exemplo, “Este é o caso”, “É este o caso...?”, “Faça ser este o caso...”, e um componente de suporte de valor de verdade, como, por exemplo, “que tal e tal...”. Sentenças com diferentes forças podem ainda ter um componente comum, uma descrição de um estado de coisas, cujo sentido é dado por suas condições de verdade. Esse estado de coisas pode ser asserido como se verificando ou como ordenado que seja realizado, ou alguém pode duvidar que ele se verifique. De modo geral, as estruturas lógicas subjacentes do componente descritivo de sentenças-tipo são consideradas como dadas, *mirabile dictu*, por (alguma versão das) formas teórico-funcionais do cálculo de predicado inventado no início deste século.

Esta nova visão filosófica não surgiu em um vácuo cultural. Um clima semelhante fomentou desenvolvimentos paralelos na lingüística. As teorias resultantes nas duas áreas terminaram por influenciar-se mutuamente. A lingüística “estruturalista” moderna originou-se da obra de Saussure na virada do século. Numa reação enfática à lingüística histórica do século dezanove, ele distinguiu entre o estudo histórico ou *diacrônico* da linguagem e o estudo *sincrônico*. O último concebido como um corte transversal do primeiro¹⁹, é o domínio da ciência da linguagem. Saussure via a linguagem (a *langue*) como uma estrutura abstrata de relações que governam as manifestações da fala (a *parole*) nas atividades dos usuários da linguagem. É a primeira que diz respeito ao lingüista teórico. Muito embora a *langue* fosse concebida, à maneira de Durkheim, como um “*construto*” social supra individual, ela também devia ser pensada, de certa maneira, como “virtualmente existindo na cabeça de cada um”. Ela consistiria, este era o argumento, numa série finita de signos identificados singularmente, governados por determinadas regras de combinação, cada signo (*signifiant*) estando relacionado por um léxico (teórico) a um significado (*signifié*). Saussure imaginava esta relação como a de imagens acústicas e conceitos. Seus sucessores modificaram isto de várias formas, mas conservaram este modelo “biplanar”²⁰ de correção, isto é, de “forma” e “interpretação”. Essa concepção de linguagem envolvia uma audaciosa abstração em mais de um nível. Uma língua não era concebida como sendo primeiramente uma prática social, cuja existência é eminentemente visível (se não facilmente verificável) na corrente temporal das atividades dos usuários da língua, empregando signos para uma imen-

¹⁹ Para uma crítica mais ampliada desta mesma idéia, veja R. Harris, *The Language Myth* (Duckworth, London, 1981) e *The Language Makers* (Duckworth, London, 1980).

²⁰ Cf. Harris, *The Language Myth*. p. 11.

sa variedade de propósitos humanos no contexto de comportamentos auxiliares que se ramificam contra o pano de fundo de nossas realidades complexas e familiares, nos planos material e social. Essas características mundanas do desenvolvimento histórico, temporalidade, práticas sociais, atos de fala individuais, propósitos convencionais e naturais, comportamento, contexto etc., foram, sem dúvida, reconhecidos. Mas elas eram vistas como conseqüentes a partir da verdadeira natureza da linguagem como um sistema de signos abstrato e autosuficiente, com uma realidade psicológica própria. A concepção de ciência da linguagem daí resultante removia a linguagem da esfera dos estudos sócio-históricos, situando-a, ao invés disso, num ramo da psicologia cognitiva. Mas ela foi isolada com sucesso da psicologia empírica, visto que sua temática era considerada como uma estrutura abstrata completamente auto-suficiente, passível de ser estudada apenas por técnicas lingüísticas. A sua única manifestação observável passível de exame por métodos psicológicos experimentais é o discurso explícito (a *parole*) que, por sua vez, deve ser visto como conseqüência das estruturas internalizadas da *langue*. A nova lingüística plantou sua bandeira em território virgem, confiante na força de suas defesas contra as instruções de disciplinas acadêmicas adjacentes.

Após um breve interlúdio behaviorista, liderado por Bloomfield nos Estados Unidos, nos anos 30 e 40, o estruturalismo saussuriano (da mesma forma que o programa do *Tractatus*) começa vida nova (numa escala muito maior) nos anos 60 e subseqüentes. Ele foi efetivamente revitalizado, modificado e ampliado pelo desenvolvimento das gramáticas transformacionais nas mãos de Chomsky e seus discípulos. Da mesma forma que Saussure, eles concebiam a lingüística como essencialmente sincrônica. Paralelamente à distinção saussuriana entre a *langue* e a *parole*, eles diferenciavam entre a *competência* do falante (seu conhecimento tácito do sistema da língua que o lingüista estuda) e seu *desempenho* (as manifestações explícitas – e frequentemente imperfeitas – de sua competência). As regras gramaticais que eles procuravam evidenciar, da mesma forma que o léxico abstrato que vincula “interpretações” a signos, foram concebidas como “internalizadas” na mente ou codificadas no cérebro, muito embora (de maneira conveniente) inacessíveis à introspecção ou à investigação neurológica corrente. Suas inovações mais importantes consistem no desenvolvimento da distinção entre estruturas superficiais e profundas das sentenças, na construção da sintaxe como base em transformações e na prioridade atribuída à sentença sobre expressões sub-sentenciais para a construção de uma teoria gramatical. Todas essas características da lingüística contemporânea têm correspondentes muito próximos na reflexão dos filósofos contemporâneos.

É notável o aparecimento de convergência entre as teorias de lingüistas e filósofos. À primeira vista, nada parece mais improvável do que o fato de idéias inspiradas pelo *Tractatus* terem ampla correspondência com aquelas inspiradas por Saussure. Certamente a explicação mais óbvia para isso é que há um nicho importante na ecologia do intelecto que foi deixado vazio por uma evolução anterior das idéias e que agora está em processo de ocupação por parte de alguns organismos evoluídos independentemente. Este quadro sedutor pode ser algo enfraquecido se notarmos algumas superficialidades na convergência. Os lingüistas, na ausência de um controle direto sobre as estruturas profundas da sentença, sentem-se à vontade para tomar de empréstimo quaisquer conceitos da matemática avançada para caracterizar estruturas profundas, e estão fortemente inclinados a recorrer às mesmas idéias gerais (conjuntos, funções, quantificadores, variáveis) que são elaboradas na lógica formal moderna. De modo similar, considerando o significado como uma noção teórica, eles sentem-se livres para identificar o significado de sentenças com as condições de verdade e tratar isso como a base da ciência da semântica. Por outro lado, os filósofos deram carta branca à noção de forma lógica ao enfatizar que a forma gramatical não precisa coincidir com a forma lógica. Assim, estão dispostos a pedir o mesmo em relação ao conceito de estrutura profunda, contanto que essa manobra reverta em prestígio científico para suas idéias. Esses pontos de convergência manifestam claramente um oportunismo intelectual. Não é nenhuma surpresa que filósofos e mesmo alguns lingüistas estejam inclinados a ver a estrutura profunda da linguagem como uma elaboração e enriquecimento das formas lógicas, concretizadas no cálculo de predicados. Há pouco o que se questionar na declaração:

É relativamente geral a suposição de que devemos chegar a uma análise sintática satisfatória da linguagem natural, unicamente mediante a demonstração de que suas sentenças têm uma estrutura subjacente (ou profunda) análoga àquela das sentenças da linguagem formalizada de Frege (isto é, o cálculo de predicados).²¹

O que é verdadeiramente surpreendente é que lingüistas e filósofos estão agora em amplo acordo sobre os *objetivos* da sua construção teórica e também sobre os *métodos* apropriados para a consecução desses objetivos.

²¹ Dummett, A Distinção de Frege entre Sentido e Referência, em *A Verdade e outros Enigmas*.

Dois eminentes lingüistas afirmaram que

A lingüística empírica considera que o problema mais geral do estudo da linguagem seja o de dar conta da habilidade que o falante fluente tem para produzir livremente e compreender prontamente todos os enunciados de sua língua, inclusive aqueles totalmente novos. Para explicar esta habilidade, os lingüistas constroem um sistema de descrição que busca apreender as regularidades da língua usada pelos falantes para produzir e interpretar sentenças.²²

Isso espelha com precisão a inspiração do filósofo:

Uma teoria do significado satisfatória deve dar conta de como os significados das sentenças dependem do significado das palavras. A menos que tal elucidação possa ser fornecida para uma linguagem particular, ... não haveria explicação para o fato que podemos aprender a língua: não se explicaria o fato de que, ao dominar um vocabulário finito e um conjunto limitado de regras, estejamos preparados para produzir e compreender qualquer uma de um conjunto potencialmente infinito de sentenças.²³

O filósofo afirma que uma teoria do significado é uma representação teórica de uma habilidade prática²⁴, ao passo que os lingüistas apregoam que “o objetivo de uma teoria de uma determinada língua deve ser a explicação das capacidades e habilidades envolvidas no desempenho lingüístico de um falante nativo fluente.”²⁵ O filósofo tipicamente explica o desempenho lingüístico em termos de “realidade psicológica” da teoria do significado que ele constrói:

Uma teoria do significado... representará a capacidade de prática possuída por um falante como consistindo

²² J. Fodor e J. J. Katz, What's wrong with the Philosophy of Language? em *Philosophy and Linguistics*, ed. C. Lyas (MacMillan, London, 1971), p. 281.

²³ D. Davidson, Truth and Meaning, *Synthese* 17 (1967), p. 304.

²⁴ M. A. E. Dummett, What is a Theory of Meaning? (II), em *Truth and Meaning*, ed. G. Evans and J. McDowell (Clarendon Press, Oxford, 1976), p. 69.

²⁵ Fodor e Katz, What's wrong with the Philosophy of Language? p. 277.

no seu domínio *de um conjunto de proposições; uma vez que o falante deriva sua compreensão de uma sentença a partir dos significados das palavras que a compõem, estas proposições irão naturalmente formar um sistema dedutivo conectado (isto é, uma teoria axiomática do significado). O conhecimento destas proposições que é atribuído ao falante... (é) conhecimento implícito.*²⁶

De modo similar, o gramático gerativo-transformista argumenta que *“a Gramática é um sistema de regras e princípios que determinam as propriedades formais e semânticas das sentenças. A gramática é posta em uso, interagindo com outros mecanismos da mente, na fala e na compreensão da linguagem.”*²⁷ Essa convergência das duas trajetórias é reconhecida explicitamente:

*Filósofos com uma inclinação lógica tendem a começar onde a teoria estava (isto é, a semântica formal do cálculo lógico) e trabalhar em direção às complicações da linguagem natural. Linguístas contemporâneos, com propósitos que não podem ser facilmente vistos como diferentes, começam com o comum e trabalham visando a uma teoria geral. Se qualquer um dos dois grupos for bem-sucedido, eles devem se encontrar ao longo do caminho.*²⁸

Se a verdadeira Pedra Filosofal está finalmente quase ao nosso alcance, se uma teoria do significado, uma vez adequadamente construída, traz consigo a chave para os grandes problemas da filosofia, se a gramática tem a chave para a estrutura da mente humana, então realmente este maravilhoso achado deve ser saudado com alegria. E os filósofos, juntamente com os linguístas teóricos, devem concentrar suas vontades num esforço unificado para conquistar este tesouro. Aí então eles poderão ir em frente na explicação dos profundos mistérios acerca de nossa capacidade para compreender novas sentenças, para descobrir o que realmente existe (por exemplo, se eventos são essenciais para nossa “ontologia”), mostrar o que é conhecido de forma inata pela mente humana, descobrir a

²⁶ Dummett, *What is a Theory of Meaning?* (II), p. 70. Os grifos são dos autores.

²⁷ N. Chomsky. *Reflections on language* (Fontana, London, 1976), p. 28. Os grifos são dos autores.

²⁸ D. Davidson, ‘Truth and Meaning’, p. 315.

verdadeira forma lógica de nossos pensamentos e a natureza essencial de nossa compreensão. Mas a última trombeta tem sido tocada com monótona regularidade na história da filosofia, e os falsos profetas têm sido legião. Se as promessas sustentadas pela possibilidade de construção de uma teoria do significado são falsas, e se a própria idéia de tal teoria do significado tal como hoje é conhecida é incoerente, então isto deve ser também proclamado, as incoerências devem ser mostradas e as esperanças devem ser frustradas. Porque, nesse caso, longe de finalmente estarem percorrendo o caminho seguro da ciência, os teóricos estão perseguindo apenas outra monstruosa quimera. Na falta de uma verdadeira Pedra Filosofal, eles estarão na extrema necessidade de um Ovo Filosofal, uma panacéia contra as doenças do intelecto.

Neste livro, submeteremos a um exame crítico as idéias fundamentais que dão suporte às atuais teorias da linguagem. Muito embora o foco esteja colocado sobre temas teóricos, e o alvo fundamental sejam as modernas "teorias do significado", examinaremos manifestações paralelas de concepções subjacentes (e concepções errôneas) na lingüística moderna. Apesar de discordâncias apaixonadas entre os diversos teóricos, existem pressuposições importantes, freqüentemente consideradas como comuns a eles. Muito embora não desconsideremos os argumentos que separaram os teóricos do significado, concentrar-nos-emos nos que os une. Nossa abordagem deste cenário de guerra será indireta.

Um aspecto dessa estratégia consiste em focalizarmos apenas aqueles tópicos que são introduzidos, na maioria das teorias do significado, com a mais simples das explicações, tidos como completamente claros e tratados com indiferença. Investigaremos a aparentemente clara noção de condição de verdade de uma sentença, que é costumeiramente tomada como a chave de qualquer teoria semântica convincente. Faremos pressão sobre a distinção aparentemente óbvia, em cada sentença, entre seu conteúdo descritivo (o estado de coisas que ela descreve, seu *sentido* e sua força (por exemplo, se ela asseve ou ordena algo). Testaremos a plausibilidade da suposição de que a língua é um *sistema*, um cálculo que consiste em uma rede de regras ocultas, tacitamente aplicadas sempre que falamos ou compreendemos o que é falado. Devemos, ainda, examinar se a questão de como é possível compreender sentenças nunca ouvidas antes é assim tão profunda, como é de hábito considerada. De modo geral resistiremos, por meio de argumentos, ao costume dos teóricos, de enfileirar os neófitos rumo a uma cerimônia de iniciação nos mistérios da moderna ciência da linguagem. Desmascaremos seus truques conceituais e quebraremos a força hipnotizadora de seus encantamentos através de um questionamento crítico. Nosso método consistirá na clarificação de conceitos e

não no acúmulo de novas evidências acerca dos fenômenos.

Um segundo aspecto de nossa estratégia, relacionado ao primeiro, consistirá em evitar as controvérsias acerca da verdade ou falsidade das várias doutrinas nas teorias do significado e focalizar as questões logicamente prioritárias acerca da inteligibilidade e finalidade das teses mais salientes. Uma pressuposição da identificação do significado de uma sentença com suas condições-de-verdade é que a verdade é predicada coerentemente de sentenças e que uma certa expressão é adequadamente caracterizada como afirmando uma *condição* para a verdade de uma dada sentença. Se o propósito de uma teoria semântica é mostrar como as palavras se relacionam com o mundo, então assume-se que existe uma noção coerente de conexão entre linguagem e realidade dentro da orientação dada pela teoria. Tais questões acerca da coerência e dos conceitos rivalizam com questões relativas à inteligibilidade de questões. Se a distinção sentido/força é oferecida para explicar como os falantes reconhecem como um enunciado é usado, então pressupõe-se que a pergunta “De que modo um falante reconhece como este enunciado é usado?” invariavelmente faz sentido. Ou se uma explicação é dada para solucionar o mistério da compreensão de novas sentenças, pressupõe-se que as perguntas “Como uma pessoa compreende uma sentença” ou “Como é possível compreender uma sentença” são perguntas inteligíveis à espera de respostas. Em se tratando de teorias do significado, é um erro atirar-se de cabeça em tentativas para testar sua verdade ou falsidade. Há uma fundamental falta de analogia entre a resposta apropriada a uma nova teoria na física e aquela apropriada às grandes “descobertas” nas teorias do significado. No primeiro caso, o ponto fundamental é tipicamente a *verdade* de uma hipótese, ao passo que no segundo usualmente é a inteligibilidade de uma tese. A abundância de teorias do significado disponíveis não é uma garantia de que qualquer resposta compreensível está sendo dada para qualquer pergunta inteligível. Aconteceu que, freqüentemente, na história da busca intelectual humana, muita ingenuidade e esforço foram gastos em vão por causa de uma discriminação mal feita entre o que tem e o que não tem sentido. Nosso propósito é traçar os limites do sentido numa região onde muitos estão agora propensos a deixar-se levar por confusões conceituais grotescas

Um terceiro aspecto de nossa estratégia consiste em cultivar e refinar uma consciência acerca dos elementos mais fundamentais da moderna concepção da linguagem e do significado, através de um esboço histórico de suas origens e evolução. A diferenciação entre aquilo que é tido como óbvio e o que é questionável, ou entre aquilo que faz sentido e o que nos parece agora como sem sentido, depende, em grande parte, da

maneira como fomos educados e do conjunto incontestado de idéias que fomos ensinados a aceitar. A alegação de que um grupo de pensadores trabalhou sob certos equívocos radicais é enormemente reforçada se pudermos demonstrar que é compreensível que eles tivessem pensado o que pensaram, mesmo se o que eles pensaram nos pareça agora claramente falso ou mesmo incompreensível. Nessa medida, a clarificação conceitual tem uma dimensão essencialmente histórica e assim difere da maioria das pesquisas científicas. Se a história da ciência é geralmente mero interesse de antiquários, a história da filosofia e o conhecimento da evolução de conceitos são vitais para que tenhamos claro o que hoje se nos depara sob a máscara de teorias do significado, da mesma forma que a inteligibilidade de uma pintura depende da investigação histórica da tradição a que o quadro pertence. Fornecendo esboços, algumas vezes apenas uma visão geral das origens históricas de certas concepções contemporâneas, mostraremos a relevância da história da filosofia e da lingüística para a apreciação daquilo que hoje concerne as teorias do significado. E insistiremos na importância da história para a compreensão filosófica, tanto na lógica formal como na filosofia da linguagem. Nosso propósito é iluminar o presente mediante a abertura de perspectivas para o passado.

O espírito que anima este livro é obviamente cético e crítico. Na busca da clarificação de conceitos nós também demonstramos a disposição de demolir grande parte daquilo que passa por significativas realizações intelectuais modernas. Mas nosso propósito último não consiste em persuadir lingüistas ou filósofos de que suas teorias são falsas, encorajando-os desse modo a redobram os seus esforços na construção de teorias ainda mais sofisticadas e sutis. Antes disso, consiste em sugerir que seus esforços são fúteis, porque são sem sentido e erroneamente concebidos. Sem dúvida, eles terão a impressão de que estamos tentando suprimir a luz, desviando-os do verdadeiro caminho da ciência. De fato, estamos sugerindo que aquilo que parece ser o nascer do sol é apenas uma falsa aurora, que o caminho que estão seguindo com tal entusiasmo leva às terras desoladas do intelecto, onde o que há é apenas o áspero e seco trovão sem chuva.

29 Para uma investigação mais detalhada deste ponto, veja G. P. Backer e P. M. S. Hacker. *Logical Excavations* (Blackwell, Oxford, 1984), pp. 4ss.